



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
**PADRE RICARDO
GAMEIRO**
COVA DA PIEDADE

Handwritten signatures and initials in black and blue ink.

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

EXERCÍCIO 2020

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including 'P. F. H.', 'EP', and a blue signature.

ÍNDICE

1. Mensagem do Presidente	pág. 3
2. Introdução	pág. 4
3. Órgãos Sociais	pág. 5
4. Apresentação da Instituição	pág. 6
4.1. Visão, Missão, Valores e Política de Gestão	pág. 6
4.2. Recursos Humanos	pág. 7
5. Atuação na área da infância	pág. 12
6. Atuação na área sénior	pág. 14
7. Atuação no âmbito da ação social	pág. 16
8. Certificação de Qualidade	pág. 18
9. Investimentos e Conservação	pág. 18
10. Análise Económico e Financeira	pág. 19
11. Impacto pandemia Covid19 e perspetivas 2021	pág. 21
12. Proposta de Aplicação de Resultados	pág. 22
13. Balanço	pág. 23
14. Demonstração de Resultados	pág. 24
15. Fluxos de Caixa	pág. 25
16. Variação dos Fundos Patrimoniais	pág. 26
17. Contas de Gerência- Anexo	pág. 27

P. J. L.

1) Mensagem do Presidente

O presente relatório de gestão e contas do ano 2020 espelha a sustentabilidade económica e financeira do Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro, uma IPSS com quase 50 anos de existência no Concelho de Almada, na Freguesia da Cova da Piedade.

Os resultados da nossa ação social não se medem em números, mas em vidas transformadas. Mas sabemos que sem rigor nas contas não é possível chegarmos com qualidade àqueles que mais necessitam e assim cumprimos a nossa missão.

O ano de 2020 ficou marcado pela pandemia provocada pela COVID-19 e pelo fecho total dos nossos equipamentos de infância durante praticamente 3 meses, de março a junho, e do encerramento dos nossos dois lares (ERPI), a todas as pessoas que não estivessem diretamente implicadas nos serviços prestados. Estes acontecimentos tiveram um impacto tremendo na vida das nossas crianças, idosos e das suas famílias que dificilmente chegaremos a conhecer na sua total dimensão. Obviamente este esforço exigido à nossa Instituição reflete-se nas nossas contas de resultados com o aumento das despesas no que diz respeito a materiais de proteção, horas extras e à diminuição das receitas uma vez que a Direção do Centro decidiu não cobrar às famílias as participações familiares mensais, nos equipamentos de infância, referentes aos meses de abril e maio.

Devido à dimensão da nossa Instituição e às novas respostas que estão a ser criadas, neste ano económico a Direção decidiu contratar um Diretor Geral para a Instituição. Esta função deverá fazer a ligação entre a Direção e as diretoras das áreas sénior, infância e recursos humanos. Esta aposta vai potenciar uma presença mais próxima e eficaz ao nível dos recursos humanos, avaliação de desempenho, manutenção e controlo de gestão, sempre acompanhada de perto pela Direção.

Neste relatório, queremos também destacar a enorme aposta que tem sido feita na área dos recursos humanos, ao longo de décadas. Este investimento, que nos distingue, foi decisivo no conjunto das nossas respostas à crise provocada pela COVID-19. Ou seja, as nossas equipas enfrentaram a crise pandémica com dedicação total, com coesão, com capacidade para se adaptar a novas situações e confiantes nas suas capacidades.

Com 48 anos de existência o Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro olha para o tempo presente com confiança, mas também com desejo de ir mais longe. No próximo ano civil contamos iniciar a construção da nossa terceira ERPI, Residência Nossa Senhora da Piedade, na Cova da Piedade, assim como uma nova resposta para as pessoas com deficiência "As Candeias", composta por CACI (Centro de Atividades de Capacitação e Inclusão) e Lar Residencial, cada uma com capacidade para 30 utentes.

No seguimento destes novos projetos, continuamos a investir na Quinta D. Manuel, como resposta de complementaridade inclusiva a pensar nas pessoas com deficiência, mas também para os nossos idosos e crianças.

Agradecemos a Deus o caminho feito, de fragilidades e imperfeições, embora conscientes das vidas que ajudamos a transformar diariamente: utentes, trabalhadores, voluntários e benfeitores.

Pe. José Gil de Borja Pinheiro Ribeiro

2) Introdução

O relatório em apreço, tem como objetivo apresentar a atividade económica e financeira do Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro relativamente ao período entre janeiro e dezembro de 2020.

Em termos financeiros os nossos proveitos ascenderam a 6 milhões e 444 mil euros e de gastos 5 milhões e 815 mil euros. Os proveitos resultam em 42,9% de verbas recebidas do Estado e os restantes 57,1% foram resultantes de rubricas diversas das quais se destacam: a alienação de património no valor de 115 mil euros, inscrições e mensalidades dos utentes, conforme protocolos anualmente renovados. Enquanto Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sem fins lucrativos, os resultados líquidos têm sido direcionados para reforço dos fundos patrimoniais.

O ano de 2020 foi em tudo desafiante, e acabou por solicitar um compromisso adicional das equipas e uma delineação de esforços e estratégias, capazes de encarar de forma decisiva a pandemia que assolou a vida de todos. Foi um ano impactante, mas foi superado decisivamente por todos, com entreaajuda, espírito de missão, muito profissionalismo e capacitação.

No decurso das normais exigências impostas, ao nível da atuação necessária na segurança, higiene e saúde na prestação dos nossos serviços, fomos confrontados com um normal decréscimo no volume transacionado ao nível dos nossos serviços prestados, essencialmente provocado pelo período de confinamento total imposto ao nosso país, que se desenvolveu entre os meses de março, abril e maio, bem como, pela inevitável diminuição de atividades extracurriculares face ao contexto de impossibilidade para sua realização. A pandemia que assolou a nossa sociedade, contribuiu decisivamente, para alterar as normais rotinas enraizadas dos nossos utentes e suas famílias.

Ainda assim, de olhos postos no futuro continuámos a desenvolver esforços na revitalização e adequação da Quinta D. Manuel Martins (espaço verde, pomar e de lazer para crianças, idosos e deficientes) e deram-se passos decisivos para o início da construção da Residência Nossa Senhora da Piedade -ERPI, bem como, para o CACI/Lar Residencial, na Romeira para a pessoa com deficiência (em processo de licenciamento e aprovação em parte, em 2020).

O quadro de pessoal da Instituição contava, a 31 de dezembro de 2020, com 273 trabalhadores e apoiava, diretamente 1039 utentes, distribuídos pelas seguintes respostas sociais:

- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) – 114
- Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) – 83
- Centro de Dia (CD) – 31
- Creche – 240
- Pré-Escolar – 294
- Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) – 174
- Centro de Acolhimento Temporário (CAT) – 13
- Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC)- 103

Para além do identificado, são igualmente apoiadas centenas de famílias da comunidade, onde podem estar incluídos alguns dos nossos utentes, através da Cantina Social e Banco Alimentar, com coordenação de uma técnica de serviço social e em parceria com a Caritas Paroquial e Diocesana.

3) Órgãos Sociais



DIOCESE DE SETÚBAL
PORTUGAL

Prot. Nº 2018-182

Decreto de Nomeação

José Ornelas Carvalho, Bispo de Setúbal,

atendendo ao pedido do Pároco da Paróquia da Cova da Piedade e Presidente da Direção do Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro, aprova e nomeia os novos membros para a constituição dos Órgãos Sociais do mesmo Centro, para um mandato de quatro anos, com início em 15 de agosto de 2018 e termo em 14 de agosto de 2022, com a seguinte composição:

Direção:

Presidente: Padre José Gil de Borja Pinheiro Ribeiro;
Vice-Presidente: Ana Luisa Ataíde Albino Pação Caixas;
1.º Secretário: Maria do Carmo Costa Ferreira de Almeida;
2.º Secretário: Abílio Henriques Rosa Ferreira;
Tesoureiro: Manuel Jorge Bento.

Conselho Fiscal:

Presidente: Manuel Joaquim Rodrigues;
Secretário: José António Teixeira;
Vogal: Antónia Domingos Pação Caixas

Setúbal, Cúria Diocesana, 28 de maio de 2018

Ó Bispo

P.º Chanceler

Figura 1 - Decreto Nomeação Direção 2018_2022

4) Apresentação da Instituição

O Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro (CSPPRG) assume forma jurídica como instituição de utilidade pública, conforme publicação no Diário da República, III Série nº44 de 21 de fevereiro de 1973. Obteve reconhecimento como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), conforme Decreto-Lei nº119/83.

Assume ainda personalidade jurídica de foro canónico, estando integrado na Paróquia da Cova da Piedade, Diocese de Setúbal e como sede na Rua Ramiro Ferrão nº38, sita na Cova da Piedade, concelho de Almada.

4.1) Visão, Missão, Valores e Política de Gestão

Visão

Assenta no ideal de ser reconhecido pela qualidade total dos seus serviços e reconhecimento de excelência da Instituição.

Missão

A nossa missão focaliza-se numa ação centrada na dignidade humana, promovendo respostas sociais que visam o crescimento e promoção de cada indivíduo, e contribuir para o bem comum da comunidade, através de valores cristãos.

Valores

- **Equidade** – Promover a todos a igualdade no acesso aos cuidados, independentemente da condição social, económica ou religiosa;
- **Ética** – Respeito pelos valores éticos e deontológicos relativos ao exercício da atividade de modo a prestar um serviço digno;
- **Rigor e transparência** – Consolidar o rigor institucional através de uma relação de transparência e credibilidade entre todos os intervenientes;
- **Qualidade e eficiência** – Apostar na qualidade dos serviços prestados sem descurar a eficiência e a sustentabilidade económica.

Política de Gestão

O Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro propõe-se a prestar serviços que ultrapassam com responsabilidade, em criatividade e qualidade às expectativas dos seus utentes, tendo como referencial a norma NP EN ISO 9001:2015 e MAQISS para as respostas sociais de Creche, Pré-Escolar, Centro de Atividades de Tempos Livres, Centro de Dia, Centro de Convívio, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Serviço de Apoio Domiciliário.

Propõe-se ainda, assegurar o nível A nas respostas sociais ativas, onde sejam aplicáveis os modelos de avaliação do Instituto de Segurança Social, melhorando continuamente a eficácia do sistema de gestão.

Para isso procurará:

- Conhecer as necessidades dos utentes com vista à sua satisfação;
- Valorizar, continuamente, os recursos humanos através da sua formação, realização, motivação e satisfação;
- Suprimir necessidades existentes na comunidade no qual se integra o CSPPRG;
- Alcançar os objetivos estipulados referentes aos processos definidos;

- Incrementar medidas ambientais que eliminem o desperdício;
- Garantir a satisfação dos parceiros com os quais estabelece protocolos.

4.2) Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2020, o Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro tinha ao serviço 273 trabalhadores (dos quais 22 em baixa médica prolongada).

Comparativamente aos anos anteriores, tendo como referência os trabalhadores ao serviço a 31 de dezembro, verificou-se uma estabilização do número de trabalhadores, mas um aumento de nº de baixas prolongadas (em 2019 existiam 13).

Vínculo Contratual

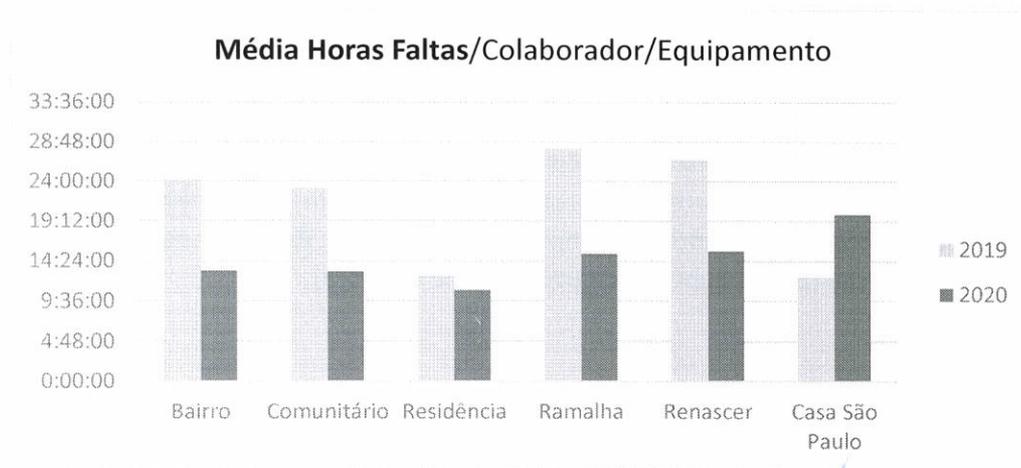
Vínculo Contratual	2019 (31 Dez)	2020 (31 Dez)
Termo Certo/Incerto	43	48
Sem Termo	232	225
Total	275	273

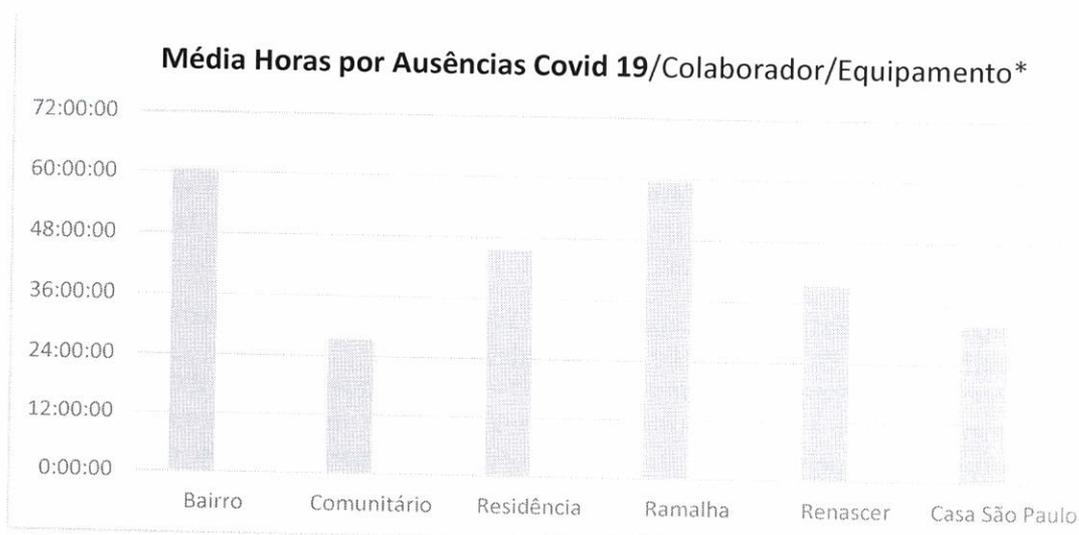
Quanto ao vínculo contratual, o número de trabalhadores efetivos manteve-se também estável face ao ano de 2019 (verificando-se algumas rescisões de colaboradores efetivos por iniciativa própria e a passagem de contratos a termo para vínculo de efetividade).

Anualmente, recebemos estagiários de diversas entidades integrando-os nas respostas sociais de seniores e infância, pelo que estabelecemos protocolos com universidades e politécnicos, nomeadamente, Universidade Católica Portuguesa, Universidades Egas Moniz, Instituto Politécnico de Setúbal, Escolas de Educação e empresas de formação profissional. Face à atipicidade do ano que decorreu, os protocolos mantiveram-se, todavia não recebemos estagiários nos nossos Equipamentos, com exceção da Casa de S. Paulo que teve uma estagiária de Gerontologia Social (Escola Superior de Educação de Coimbra).

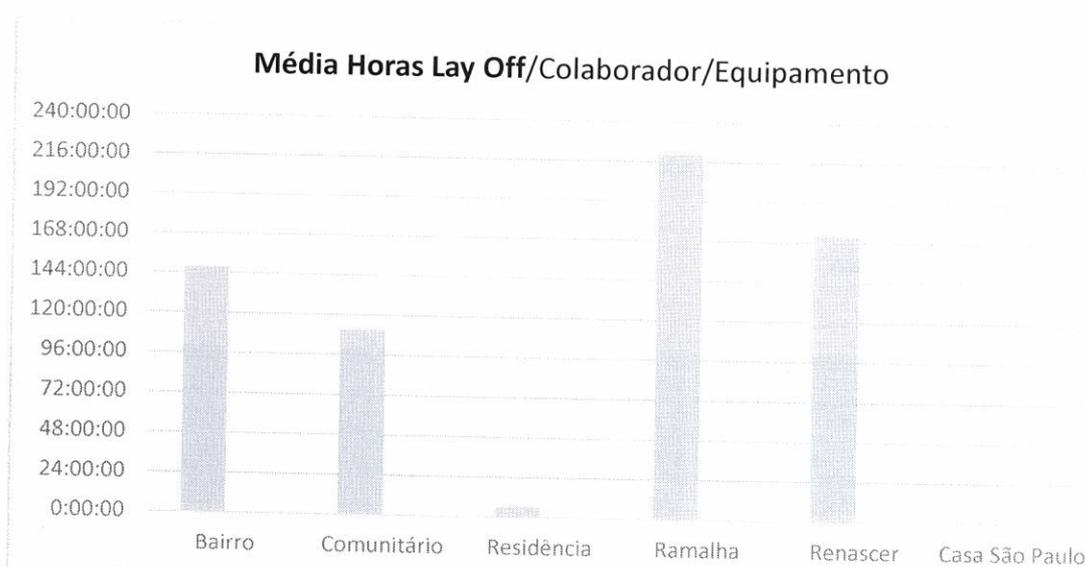
Categoria Profissional

Cat. Profissional	2019 (31 Dez)	2020 (31 Dez)
Ajud. Ação Educativa	69	68
Ajud. Ação Direta Seniores	75	71
Educadoras Infância	28	30
Trab. Auxiliares	24	25
Ajud. Cozinha	16	17
Escriturários	8	10
Cozinheiras	7	7
Ajud. Ação Direta Infância	7	7
Coord. Equipamento	5	5
Emp. Lavandaria/Costureira	6	7
Coord. RS/Departm.	5	6
Motoristas	2	3
Tesoureira	1	0
Ajud. Atividades Ocupacionais	1	1
Fiel Armazém	1	1
Emp. Armazém	1	1
Diretoras	3	3
Aj. Farmácia	4	4
Fisioterapeutas	2	2
Outros	10	5
Total	275	273

Absentismo



* inclui Isolamentos Profiláticos e Apoio aos filhos



Formação

Durante o ano letivo 2019/2020 foram realizadas 34 ações de formação, sendo algumas delas previamente delineadas em plano de formação e outras propostas posteriormente por alguns trabalhadores e/ou coordenadoras dos respetivos equipamentos.

Das ações previstas inicialmente em plano de formação, realizaram-se 11 ações tendo sido as restantes 23 ações propostas posteriormente (e colocadas em adenda ao plano).

Das 34 ações realizadas, 15 foram frequentadas apenas por 1 a 2 trabalhadores, nas restantes 19 participaram 3 ou mais pessoas. Destas, destacam-se as ações que abrangeram um maior número de trabalhadores, sendo elas:

- ✓ “Prevenção e Extinção de Incêndios” - 30 trabalhadores de todos os equipamentos de Infância e Seniores, distribuídos por 2 grupos;
- ✓ “Cuidados Paliativos” ações, estas ministradas por profissionais de saúde, sendo frequentadas por 46 trabalhadores da área sénior, distribuídos por 2 grupos;

- ✓ “Primeiros Socorros” com um total de 36 trabalhadores das áreas sénior e infância, distribuídos por 2 grupos.

Em relação às ações que, embora sendo dirigidas a um número reduzido de participantes, implicam um maior nº de horas de formação, podemos destacar as 3 ações que decorreram durante este ano letivo e que, apesar da necessidade de reestruturação face à Covid-19, conseguiram ser finalizadas, sendo elas:

- ✓ “Programa de Gestão das Organizações Sociais (GOS)” – 86h, frequentado por 3 trabalhadoras, 2 da área de RH e uma Coordenadora,
- ✓ “Programa de Formação em Gestão de IPSS” – 144h, frequentado por 2 Coordenadoras;
- ✓ “Curso de Adobe Lightroom” – 44h, ação esta feita à medida das necessidades da Instituição, frequentada por 2 trabalhadores, nomeadamente pela responsável do departamento de Comunicação da Instituição e por um Escriturário.

Para além destas nomeadas anteriormente, a ação já iniciada no ano letivo anterior (“Curso Técnico Auxiliar de Farmácia”) decorreu conforme estipulado, embora com ajustes (passou a ser em formato online, em vez de presencial devido à Covid-19).

Importa salientar que, grande parte das ações previstas eram em formato presencial, nas instalações da Instituição o que, por ordem da DGS deixaram de ser permitidas, tendo sido desta forma canceladas.

De seguida, apresentam-se resultados em termos de horas de formação por equipamento e por ano civil:

- **Por equipamento**

Equipamentos	Nº total de Trabalhadores	Horas de Formação realizada	Média de horas/trabalhador
Bairro Nª Senhora da Piedade	54	257	4,76
Centro Comunitário Renascer	33	86	2,61
Centro Comunitário Laranjeiro/Feijó	41	190	4,63
Creche e Jardim de Inf. Ramalha	23	132	5,74
Residência Nª Srª da Esperança	93	1262,5	13,58
Casa de S. Paulo	29	999	34,45
Total Infância	151	665	4,40
Total Sénior	122	2261,5	18,54
Total Geral	273	2926,5	10,72

A grande discrepância na distribuição entre áreas Sénior e Infância, prende-se com o facto dos equipamentos terem estado encerrados por cerca de 3 meses, devido à Pandemia a qual, por si só, já foi motivo suficiente para a redução em termos de nº de horas de formação anual, comparando com os anos anteriores. Mesmo assim conseguimos proporcionar uma média de 10,72h de formação por trabalhador.

- **Por ano civil**

	2018	2019	2020
Nº horas realizadas	4454h	3841h	2926,5h
Nº trabalhadores abrangidos	183	164	164
Nº médio de trabalhadores	283	289	273
Nº trabalhadores efetivos	235	226	228
Média de horas por trabalhador	15,74h	13,29h	10,72h
Média de horas por trabalhador efetivo	18,95h	17h	12,84h

O processo de **avaliação de desempenho por competências**, integra nos resultados finais (quando aplicável) os resultados da avaliação de desempenho por objetivos, tendo como resultado uma média global de 3,7 (o trabalho realizado correspondeu sempre e por vezes excedeu o que é esperado), verificando-se assim um resultado igual ao exercício anterior.

Relativamente aos resultados por categorias, verificou-se apenas um aumento do resultado na categoria de “Ajudante de Cozinha”, face ao ano letivo transato.

Avaliação de Desempenho por Competências

Cat. Profissional / Média Avaliação	2018_2019	2019_2020
Ajud. Ação Educativa	3,8	3,8
Ajud. Cozinha	3,5	3,6
Ajud. Ação Direta	3,6	3,6
Cozinheiras	3,6	3,6
Educ. Infância	3,8	3,8
Emp. Lavandaria	3,4	3,4
Escriturários	3,8	3,8
Motoristas	3,5	3,5
Trab. Auxiliares	3,5	3,5

5) **Atuação na área da Infância**

Na área da infância, o ano de 2020 foi à semelhança de outras áreas assolado por diversos condicionalismos na sua atuação, ainda assim, não existiram reduções significativas no número de crianças integradas nas diferentes respostas sociais.

Nos equipamentos de infância existem as respostas sociais de Creche, Pré-Escolar, Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) e Centro de Acolhimento Temporário (CAT), verificando-se, em dezembro de 2020, uma frequência total de 708 utentes.

As atividades pedagógicas foram desenvolvidas de acordo com o plano de atividades 2018/2019 e 2019/2020, contudo, com algumas restrições decorrente da atualidade vivenciada. Entre março e maio de 2020 os equipamentos de infância cumpriram o período de confinamento, enquadrado no estado de emergência estipulado pelo governo e as atividades propostas não foram cumpridas na totalidade, o que conduziu a um necessário reenquadramento.

Existiram adaptações das atividades das respostas sociais para funcionamento à distância, incluindo videochamadas, chamadas telefónicas periódicas, criação de plataformas digitais e adaptação dos materiais didáticos. Esta medida visou cumprir dois objetivos principais, por um lado o reforço da comunicação com os utentes e famílias, por outro a substituição de atividades presenciais, tais como, atividades lúdicas, socialização devido às perdas relacionais entre os adultos e os pares.

Destaca-se também, a adoção de medidas de higiene e de proteção individual adicionais, a implementação de um plano de contingência, a suspensão de reuniões e momentos presenciais e a reformulação de estratégias de atendimento aos encarregados de educação.

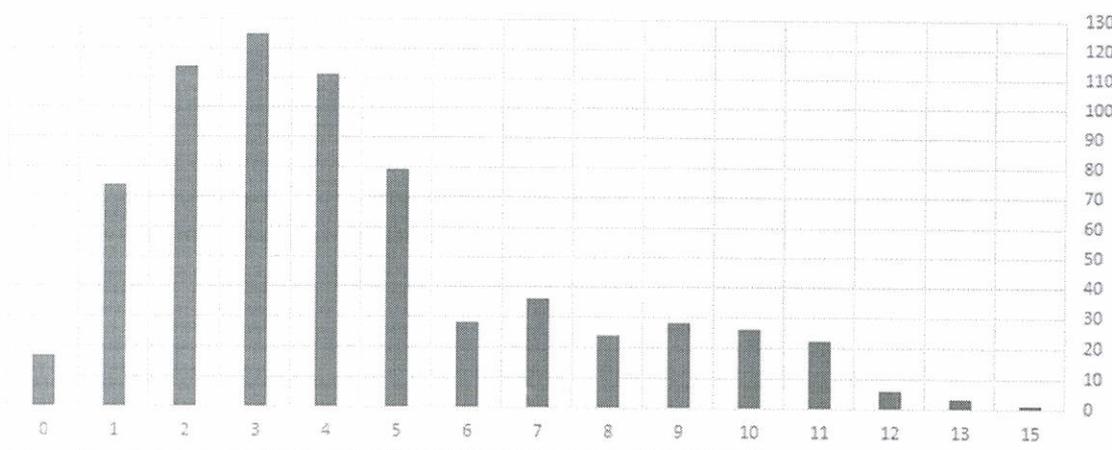
Devido à pandemia, não foram realizadas as atividades de complemento curricular, pois estas atividades não conseguiam assegurar o cumprimento das normas do plano de contingência, entre outros motivos, essencialmente porque na construção de um só grupo de crianças para atividades, teriam de ser agregadas crianças de salas diferentes.

Aos utentes de infância foi disponibilizado transporte escolar, para as escolas de 2º ciclo do concelho de Almada e, também, transporte de e para casa, de acordo com as necessidades dos mesmos. No período de confinamento, este tipo de atividades foi igualmente interrompido, e aquando a sua reposição, continuaram algumas limitações quanto à capacidade das viaturas devido às diretrizes da DGS.

- **Ocupação Vagas - Dezembro 2020**

N	Sala	EQUIPAMENTO	Resposta Social	NOME	ACORDO		Total Equipamento	
1	12	BAIRRO ANC	A N.Creche*Berçário	ANC-Berçário	32	7	7	33
2	13	BAIRRO ANC	A N.Creche*1ano	ANC-1Ano		10	11	
3	14	BAIRRO ANC	A N.Creche*2anos	ANC-2Anos		15	15	
4	9	BAIRRO BERÇO	O Berço*Berçário	BER-Berçário	35	8	8	47
5		BAIRRO BERÇO	O Berço*2 anos s/acordo				12	
6	10	BAIRRO BERÇO	O Berço*1ano	BER-1Ano		12	12	
7	11	BAIRRO BERÇO	O Berço*2anos	BER-2Anos		15	15	
8	1	BAIRRO	Bairro*Azul	Azul	125	25	24	124
9	2	BAIRRO	Bairro*Arco-iris	Arco-iris		25	25	
10	3	BAIRRO	Bairro*Amarela	Amarela		25	25	
11	5	BAIRRO	Bairro*Rosa	Rosa		25	25	
12	6	BAIRRO	Bairro*Laranja	Laranja		25	25	
13	7	BAIRRO	Bairro*CATL 1c	CATL1	105		76	112
14	8	BAIRRO	Bairro*CATL 2c	CATL2			36	
15	18	COMUNITARIO	Comunitário*Berçário	Rosa	52	6	6	52
16	19	COMUNITARIO	Comunitário*1ano	Amarela		12	12	
17	20	COMUNITARIO	Comunitário*2anos	Verde		18	18	
18	22	COMUNITARIO	Comunitário*1ano	Laranja		16	16	
19	21	COMUNITARIO	Comunitário*P.Escol1	Mil Cores	45	25	25	49
20	30	COMUNITARIO	Comunitário*P.Escol2	Azul		20	24	
21	31	COMUNITARIO	Comunitário*CATL 1c	CATL1	30		24	31
22	48	COMUNITARIO	Comunitário*CATL 2c	CATL2			7	
23		COMUNITARIO	Comunitário*CAT	CAT	13		13	12
24	32	RENASCER	Renascer*Berçário	Branca	59	10	10	63
25	33	RENASCER	Renascer*1ano	Rosa		12	12	
26	34	RENASCER	Renascer*1ano	Azul		14	12	
27	41	RENASCER	Renascer*2 anos	amarela		18	16	
28	42	RENASCER	Renascer*2anos	laranja		18	13	
29	35	RENASCER	Renascer*P.Escolar1	Vermelha	50	25	27	55
30	36	RENASCER	Renascer*P.Escolar2	Verde		25	28	
31	37	RENASCER	Renascer*C.A.T.L.	Arco-iris	20		19	19
32	55	RAMALHA	Ramalha*Creche 1	Sonhos	43	8	8	45
33	56	RAMALHA	Ramalha*Creche 2	Aquário Azul		10	9	
34	57	RAMALHA	Ramalha*Creche 3	Aquário Verde		10	10	
35	58	RAMALHA	Ramalha*Creche 4	Arco-iris		15	18	
36	59	RAMALHA	Ramalha* Pre Escolar 1	Jardim	65	25	23	66
37	60	RAMALHA	Ramalha* Pre Escolar 2	Sol		20	25	
38	67	RAMALHA	Ramalha* Pre Escolar 3	Casinha Branca		20	16	
				TOTAL	674		708	

Distribuição Idades



Nº Utentes Infância/Idades, dezembro 2020

6) Atuação na Área Sénior

A caracterização do ano de 2020, é em tudo atípica, no que ao decurso normal de atuação diz respeito para esta área de intervenção. A partir de meados de março de 2020 a vida nas Estruturas Residências sofreu mudanças substantivas com as medidas decretadas pela Organização Mundial de Saúde e pelo governo português face à pandemia COVID-19.

Os seus impactos ultrapassam as questões de saúde pública, apresentando fortes repercussões na vida social e aumentaram os riscos ao desenvolvimento humano e social.

ERPI- Estrutura Residencial Pessoa Idosa

Enquanto vigorou o estado de emergência, nas duas ERPI, a Residência Nossa Senhora da Esperança e a Casa de São Paulo, suspenderam por completo as visitas de familiares e amigos e as próprias estruturas mantiveram regras muitas específicas neste contexto.

Ainda assim, incentivaram-se sempre os mesmos familiares e amigos dos utentes a encontrar outras formas para manter o contacto. Existiu uma preocupação em continuar a promover a interação entre pessoas, mas usando alternativas que não implicassem a presença física, por exemplo, realização de vídeo chamadas.

Em simultâneo, desenvolveram-se ações socioeducativas virtuais, como: ioga, sessões de treino cognitivo, vídeos para as famílias fundamentais ao equilíbrio e regulação emocional dos idosos.

Para além da implementação de um plano de contingência, com as respetivas normas/diretivas de proteção individual, foram repercutidas reorganizações ao nível de espaços funcionais das ERPI, nomeadamente os espaços comuns (salas de estar, refeitórios), visando uma melhor funcionalidade, adequação, conforto e segurança dos residentes.

As dificuldades foram inúmeras, mas as equipas demonstraram capacidade de adaptação ao novo contexto, introduziram mudanças na organização dos serviços, recriaram e/ou ampliaram, reforçando o trabalho em rede e em parceria. A adaptação dos serviços e a gestão dos recursos existentes permitiu manter o acompanhamento e apoio aos idosos, podendo afirmar-se, de um

modo geral, que apesar das dificuldades a pandemia constituiu um desafio que teve como resposta um culminar de boas práticas de intervenção e mudanças futuras.

Centro de dia

Ao longo do ano, registou-se um movimento anormal no que respeita à saída de utentes e admissões, motivadas essencialmente pelo decretado encerramento do serviço, bem como, por outros fatores relacionados com o impacto da Covid19 nos próprios utentes. Conferiu-se suporte domiciliário, assegurando as refeições, bem como diligências de rua. Para além destes serviços, nas situações em que os utentes evidenciaram a inexistência/insuficiência de retaguarda familiar, o centro de dia prestou o sempre apoio por via de:

- contactos telefónico e presencial da técnica responsável;
- ao nível da saúde (por exemplo, marcação/alteração de consultas, solicitação de receitas médicas, articulação com equipa hospitalar para agilização de alta, supervisão da toma da medicação, entre outras);
- aquisição de bens alimentares;
- articulação com entidades da comunidade (voluntariado, ajudas técnicas, acompanhamento a consultas, entre outras), encaminhamento para entidades externas mediante a identificação de necessidades específicas, entre outras atividades de cariz mais pontual.

SAD- Serviço de Apoio domiciliário

Considerando os inéditos desafios que se apresentaram, existiu a necessidade deslocar às instalações do SAD, para um espaço exterior à Residência, por forma a não existir cruzamento de circuitos.

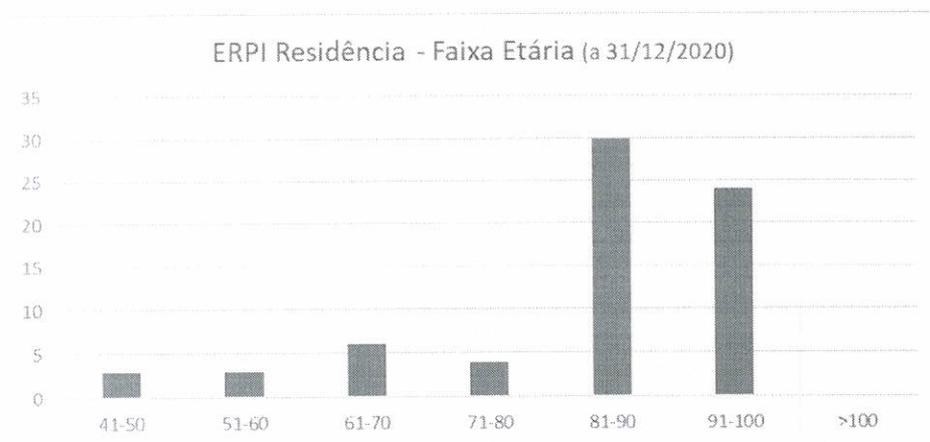
Esta medida decorreu da necessidade de responder às exigências emergentes para garantia à segurança dos utentes e profissionais e no cumprimento orientações das autoridades de saúde.

As práticas adotadas incidiram essencialmente na transição para serviços prestados de forma presencial para não presenciais, relativamente ao Coordenador de SAD, pela adaptação dos serviços às normas de segurança, na alteração no horário dos serviços e no uso de equipamento de proteção individual.

Com estas medidas, registou-se uma promoção de condições, que favoreçam a divulgação dos serviços prestados e consequentemente, o aumento da sua procura.

O facto de o SAD do Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro ter continuado de forma muito ativa a garantir o apoio aos utentes em período de pandemia, levou a um aumento na sua procura, em particular, de informações sobre o seu funcionamento. Infelizmente, muita da procura foi de residentes em áreas geográficas não abrangidas pela nossa atuação ao serviço, ainda assim, não sendo possível assegurar os serviços, foram sempre as pessoas auxiliadas e facultadas informações, respeitantes a entidades que podiam assegurar a resposta específica e de forma continuada, reforçando a atuação da instituição no âmbito da sua inserção e atuação no apoio à comunidade.

Equipamento	RS	Nº Utentes com Acordo
Residência		230
900303	ERPI	60
900301	CD	50
900302	SAD	70
900304	CC	50
Casa de São Paulo		29
901001	ERPI	29
Renascer		15
900206	SAD	15



7) Atuação no âmbito da Ação Social

A conjuntura registada no ano de 2020 contribuiu decisivamente para agravar a situação socioeconómica de muitos indivíduos e famílias. Tal facto, culminou numa atuação diferenciada e reforçada junto deste tipo de respostas, com a seguinte caracterização:

Cantina Social

Ano	Nº de Refeições Distribuídas						Total
	Bairro	Comunitário	Ramalha	Renascer	Romeira	Residência	
2020	473	524	0	380	0	1203	2580

BA- Banco Alimentar

2020			
Mês	Nº Agregados Familiares	Nº Indiv.	Nº Cabazes entregues
Janeiro	37	81	74
Fevereiro	29	67	58
Março	32	71	64
Abril	36	81	72
Maio	62	127	124
Junho	63	76	126
Julho	61	121	122
Agosto	0	0	0
Setembro	65	137	130
Outubro	64	140	128
Novembro	50	99	100
Dezembro	48	75	96
Total Cabazes 2020			1094

A procura do Banco Alimentar na nossa comunidade, aumentou durante 2020. Foi possível igualmente, apoiar as famílias com recurso a cabazes compostos com produtos também provenientes de arcas de recolha de alimentos, localizadas nas igrejas da Paróquia, bem como donativos de outros parceiros.

POAPMC- Programa de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas

2020			
Mês	Nº Agregados Familiares	Nº Indiv.	Nº Cabazes entregues
Janeiro	12	46	12
Fevereiro	13	49	13
Março	14	50	14
Abril	18	54	18
Maio	17	53	17
Junho	25	67	25
Julho	31	68	31
Agosto	35	88	35
Setembro	41	100	41
Outubro	41	101	41
Novembro	41	102	41
Dezembro	43	103	43
Total Cabazes 2020			331

Impulsionada pela pandemia, em maio surgiu a possibilidade de se duplicar o número dos agregados familiares, num apoio global a 43 famílias e no total de 103 pessoas.

8) Certificação de Qualidade

Instituída na Instituição desde 2009, a certificação de qualidade encontra-se plenamente implementada em todas as respostas sociais.

À semelhança dos anos anteriores, em 2020 realizou-se mais uma auditoria de renovação da NP EN ISO 9001:2015 e MAQISS (ERPI, SAD, CRH, CAT, CD). Com o resultado, verificou-se a manutenção da certificação de nível A, nas respostas sociais em que é aplicável.

O processo de certificação de qualidade continua a ser para a Direção do CSPPRG fundamental para o reconhecimento externo das boas práticas desenvolvidas na Instituição, pelo que no ano de 2021 o processo continuará em vigor.

9) Investimentos e Conservação

Durante o ano de 2020, apesar de todos os constrangimentos provocados pela pandemia Covid-19, a direção da Instituição deu continuidade aos investimentos que tem vindo a promover para fomentar a sustentabilidade da Instituição.

Aquisição	2019	2020
Equipamento	27.034,11€	46.306,04€
Material Didático	6.245,72€	13.628,81€
Viaturas	X	50.737,57€
Total	33.279,83€	140.672,42€

Conservação e Manutenção	2019	2020
Instalações	88.974,81€	78.718,95€
Contratos Manutenção	71.153,74€	85.496,04€
Manutenção Viaturas	11.082,14€	6.684,02€
Total	171.210,69€	170.899,01€

Ao nível da frota, houve o investimento na aquisição de duas novas viaturas, para renovação das existentes, uma de transporte de crianças (9 lugares) e outra para o serviço de apoio domiciliário (5 lugares). Quanto à manutenção das viaturas, manteve-se o constante foco em manutenção preventiva, de forma a garantir a qualidade dos serviços prestados, verificando-se, em termos efetivos, uma redução significativa em relação ao ano anterior.

Quanto às infraestruturas, manteve-se também o investimento na conservação e manutenção das instalações, assim como aquisição de alguns equipamentos de uso corrente. Apesar do custo elevado com contratos de manutenção, é prioritário para a Instituição que

todos os equipamentos estejam sempre operacionais, de forma a promover uma resposta de qualidade a todos os nossos utentes.

Ainda durante o ano de 2020, deu-se continuidade ao investimento no projeto e processo de licenciamento da Residência Nossa Senhora da Piedade, tendo obtido a aprovação por parte da Câmara Municipal de Almada em 22/10/2020. Iniciaram-se de seguida os trabalhos de preparação do lançamento do Concurso Público com vista à adjudicação da empreitada de construção, que se efetivou já no ano de 2021.

No ano de 2020 desenvolveram-se também os trabalhos de reabilitação na Quinta D. Manuel Martins, com um investimento no período de cerca de 200.000€ ao nível do recurso a entidades externas, além, de todo o trabalho desenvolvido pelos recursos humanos da própria Instituição. Sempre com novas intervenções e projetos no horizonte, a Quinta encontra-se já apta para receber os utentes das diversas valências assim como a comunidade local.

O projeto do CACI/Lar Residencial da Romeira, obteve o parecer técnico favorável por parte da Segurança Social em 17/11/2020 e a aprovação do projeto de arquitetura (pela CMA) em 03/12/2020, tendo ainda sido entregues os projetos de especialidade que verificaram posterior aprovação. Durante o mês de dezembro de 2020 foi submetida a candidatura ao programa PARES, promovido pelo Instituto de Segurança Social, IP., para apoio à reabilitação da infraestrutura existente às novas respostas sociais.

10) Análise Económica e Financeira

O ano de 2020, foi conforme perceptível, um ano de mudança paradigmática na atuação da instituição, com impacto ao nível do volume alusivo aos nossos serviços prestados, por uma diminuição na proporção de 12,3 pontos percentuais face ao período homologado. Ainda assim, esta diminuição foi essencialmente motivada pelos condicionalismos impostos ao nível da prestação de determinados serviços, em especial no momento do confinamento imposto pela pandemia. É exemplo disso mesmo, o encerramento decretado para a área da Infância por via do confinamento pandémico, ocorrido entre os meses de março e maio, e que originou por deliberação da direção, uma total gratuitidade das mensalidades alusivas a dois meses para as famílias desses mesmos utentes. Todo o contexto que gravitou ao longo do ano civil, impediu o desenvolver de determinadas iniciativas de caráter extraordinário com impacto direto nos rendimentos, bem como, fragilizou inclusive algumas integrações de utentes e respostas na área sénior, que tiveram inevitavelmente de ser adiadas temporariamente por motivos relacionados com as contingências pandémicas.

O valor suportado pelos nossos utentes por via da correspondente mensalidade, perfaz cerca de 43,3% dos proveitos, já as verbas recebidas por conta de subsídios são aproximadamente 42,9%, evidenciando um ligeiro aumento face ao ano transato, o que reflete menores recebimentos de prestações diretas junto de utentes, considerando os já enunciados condicionalismos, bem como, o efeito layoff aplicado durante parte do confinamento decretado.

Ao nível dos custos, a rubrica mais significativa corresponder aos encargos com pessoal, representando cerca de 64,9% dos gastos anuais da Instituição.

Globalmente, os proveitos da Instituição situaram-se nos 6,444 milhões de euros e o resultado líquido do exercício em cerca de 630 mil euros.

Todos os excedentes, em virtude da natureza sem fins lucrativos da Instituição, são direcionados para reforço dos fundos patrimoniais.

Os resultados apresentados, à semelhança dos anos anteriores, resultam de uma gestão rigorosa, centrada na perspetiva de sustentabilidade da Instituição e na sua otimização.

No final do exercício de 2020, o passivo corrente da Instituição aumentou ligeiramente face ao resultado do ano transato, situando-se em cerca de 1,185 milhões de euros.

É da salientar, ainda, que a situação equilibrada dos recursos disponíveis e disponibilizados à comunidade resulta, também, da manutenção dos acordos e protocolos firmados com entidades públicas, representado, tal como já referido, uma parcela importante do seu rendimento.

No desempenho global da Instituição há que continuar ainda a valorizar, os seus recursos humanos, com um quadro de pessoal próprio, e os voluntários que apesar do atual cenário pandémico vivido, conseguiram grande parte dos mesmos, desempenhar funções nas várias respostas sociais da Instituição, desde médicos a professores, entre outros, assim como os Órgãos Sociais, nomeadamente a Direção que contribuem igualmente para os resultados apurados.

Análise de rácios:

Em termos económicos, o Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro gerou excedentes consideráveis, sendo o VAB (valor acrescentado bruto) de 4,75 milhões de euros. Grande parte da fatia continua a dizer respeito a encargos com pessoal, evidenciando a contínua importância que a Instituição representa como entidade empregadora no concelho onde se insere.

O exercício de 2020 apresentou uma liquidez geral (Ativo/Passivo) de 12,22% e um rácio de solvabilidade (Fundos Próprios/Passivo) de 11,22%. Quanto à autonomia financeira (Capital Próprio/Ativo Líquido) a mesma, apresenta um rácio de 92%, o que por si só, representa uma situação muito positiva, não existindo endividamento. O cash flow anual (RL + Amortizações + Provisões) foi de 925.409,95 €.

Quanto à rentabilidade dos fundos próprios, esta é de cerca de 4,25% (RL/Total Ativo), representando um bom indicador de desempenho setorial enquanto IPSS.

Os saldos em bancos situam-se em 6,4 milhões de euros, tendo sido reforçados relativamente ao ano anterior.

Mantém-se a perspetiva de autonomia financeira, cobrindo os fundos próprios 91,8% do total do ativo líquido.

A liquidez imediata está em linha com o ano anterior, já que em 2020 as disponibilidades cobrem em cerca de 5,3 vezes o passivo corrente.

R. F. L.
CP
ay
/s
W
X

11) Impacto da pandemia Covid-19 e perspectivas para 2021

Embora o ano de 2021 tenha praticamente iniciado com um novo confinamento a partir do dia 22 de janeiro e que se prolongou de forma mais restritiva, sensivelmente até ao final do mês de março, com impactos similares aqueles experimentados aquando o primeiro confinamento no ano de 2020, o expectável será que o mesmo se possa assumir como o ano de viragem, de e para uma retoma à normalidade.

Nas rubricas afetas à aquisição de equipamentos de proteção individual descartáveis para utilização diária de todos os trabalhadores, assim como, à sempre e constante desinfecção dos espaços e dos materiais utilizados, o ano de 2020, acabou por registar um significativo aumento de custos, inerente à inevitável atuação em contexto pandémico.

Porém, após a imunização dos trabalhadores e dos nossos utentes, em especial os afetos às respostas sociais seniores, bem como da sociedade em geral, existe a total crença que toda a qualidade e eficiência dos serviços prestados, serão retomados e depois mantidos na sua plenitude, aliados a uma sempre gestão rigorosa e sustentável dos recursos disponíveis.

Com a perspectiva do restabelecer de toda a capacidade máxima dos serviços, tal permitirá manter toda uma linha de continuidade orçamental e apoio social, contribuindo ainda e de forma decisiva para os investimentos em curso, ao nível das novas respostas sociais a desenvolver.

O ano de 2021, revelar-se-á ainda assim, de maiores investimentos e dispêndio de verbas, considerando essencialmente o projeto da ERPI Nossa Senhora Da Piedade já iniciado, que conduzirá necessariamente a instituição ao recurso a um financiamento bancário para auxílio ao desenvolvimento da sua construção.

Inevitavelmente a política de gestão terá de se manter muito criteriosa, com um necessário planeamento constante e com uma monitorização muito concreta e realista, de forma a ser possível à instituição, ajustar estratégias e decisões, honrando todos os seus compromissos e centrar as suas ações com a mesma qualidade e empenho em todas as suas respostas sociais para a comunidade.

É no entanto, ainda impossível de ignorar a elevada incógnita quanto ao decurso desta pandemia e seus eventuais condicionalismos futuros que possam surgir, nomeadamente, o evoluir da situação socioeconómica do país e das famílias, ao nível de uma eventual diminuição dos rendimentos disponíveis. Facto esse, que poderá ter necessariamente impacto nos rendimentos futuros provenientes das diversas prestações de serviços de que dispomos, bem como, na sempre e necessária maior intervenção social a praticar pela nossa instituição.

Ainda assim, com o sempre objetivo de melhoria constante, para benefício de utentes e trabalhadores, prevêm-se de forma sucinta as seguintes ações durante o ano de 2021:

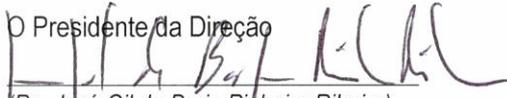
- O confirmado início da construção da Residência Nossa Senhora da Piedade;
- A conclusão dos trabalhos na Quinta D. Manuel Martins, para limpeza e adaptação do espaço para utilização por parte dos utentes;
- A aprovação da candidatura ao PARES 3.0 do projeto centro de atividades e capacitação para a inclusão (CACI) e Lar Residencial na Romeira, para posterior seu desenvolvimento;
- A atribuição de uma apólice de seguro de saúde gratuita a cada um dos funcionários;
- A continua realização de obras de manutenção e beneficiação dos diversos equipamentos da Instituição;

12) Proposta de aplicação de Resultados

A Direção propõe que o Resultado Líquido do exercício, no montante de 629.593,06€, seja transferido para Resultados Transitados.

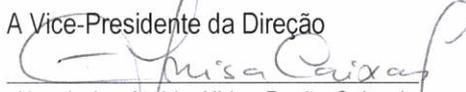
Cova da Piedade, 6 de abril 2021

O Presidente da Direção



(Pe. José Gil de Borja Pinheiro Ribeiro)

A Vice-Presidente da Direção



(Ana Luísa Ataíde Albino Pação Caixas)

1º Secretário



(Maria do Carmo Costa Ferreira de Almeida)

2º Secretário



(Abílio Ferreira)

O Tesoureiro



(Manuel Jorge Bento)

13) Balanço

Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte : 500867712

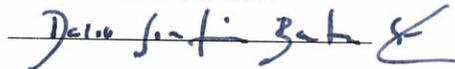
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	7 895 893,29	7 777 082,91
Bens do património histórico e artístico e cultural		6 492,00	6 492,00
Ativos intangíveis	6	0,00	0,00
Investimentos financeiros	17.1	23 531,16	18 856,75
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes	5	0,00	27 836,63
		7 925 916,45	7 830 268,29
Activo corrente			
Inventários	9	93 212,97	75 366,86
Créditos a receber	17.3	28 317,10	23 537,53
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	17.5	27 705,96	24 186,78
Estado e outros entes públicos	17.10	0,00	622,84
Outros activos correntes	17.4_17.6	298 076,75	317 345,20
Caixa e depósitos bancários	17.7	6 434 755,86	5 946 329,33
		6 882 068,64	6 387 388,54
Total do ativo		14 807 985,09	14 217 656,83
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.8	57 080,17	57 080,17
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		2 954 593,62	2 954 593,62
Resultados transitados	17.8	6 171 613,24	5 512 466,20
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	17.8	3 782 958,78	3 834 300,87
		12 966 245,81	12 358 440,86
Resultado líquido do período		629 593,06	659 147,04
Total dos fundos patrimoniais		13 595 838,87	13 017 587,90
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	11	26 652,86	26 652,86
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		26 652,86	26 652,86
Passivo corrente			
Fornecedores	17.9	102 677,82	76 966,56
Estado e outros entes públicos	17.10	99 372,77	95 354,70
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	0,00	0,00
Diferimentos	17.5	176 395,95	179 502,65
Outros passivos correntes	17.11	807 046,82	821 592,16
		1 185 493,36	1 173 416,07
Total do passivo		1 212 146,22	1 200 068,93
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		14 807 985,09	14 217 656,83

A Direção

 Maria

Contabilista Certificado



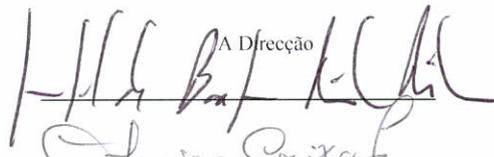
14) Demonstração de Resultados

Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte : 500867712

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 020	2 019
Vendas e serviços prestados	10	2 833 459,13	3 233 059,97
Subsídios, doações e legados à exploração	17.13	2 763 674,94	2 605 305,83
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		396 839,04	366 900,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	422 709,28	527 757,53
Fornecimentos e serviços externos	17.14	917 369,26	986 646,87
Gastos com o pessoal	15	4 114 589,21	4 213 096,83
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	11	0,00	26 652,86
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	17.15	420 658,63	492 372,23
Outros gastos	17.16	63 911,42	39 200,44
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		896 052,57	904 283,50
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	295 816,89	280 590,78
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		600 235,68	623 692,72
Juros e rendimentos similares obtidos	17.17	29 699,97	35 454,32
Juros e gastos similares suportados	17.17	342,59	0,00
Resultados antes de impostos		629 593,06	659 147,04
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		629 593,06	659 147,04

A Direcção

 Maria da Conceição


 Ricardo CA

Contabilista Certificado

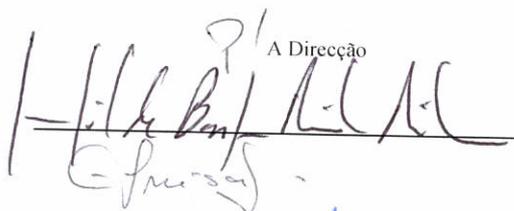


15) Fluxos de Caixa

Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		2 914 091,80	3 374 741,30
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		1 353 915,93	1 558 840,96
Pagamentos ao pessoal		2 424 118,12	2 503 865,45
	Caixa gerada pelas operações	-863 942,25	-487 965,11
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		1 591 315,19	1 471 544,17
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	727 372,94	983 579,06
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		373 263,12	449 622,48
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		10 253 000,00	17 196 273,13
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		100 125,00	212 250,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		10 253 000,00	17 196 273,13
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		34 191,71	43 773,92
	Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-238 946,41	-193 598,56
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		488 426,53	789 980,50
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		5 946 329,33	5 156 348,83
Caixa e seus equivalentes no fim do período		6 434 755,86	5 946 329,33

A Direcção


Contabilista Certificado



16) Variação dos Fundos Patrimoniais

NIF: 500.867.712 ANO: 2020

Notas	Fundos Patrimoniais										Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrim.				
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos Act. Financ.	Excedentes reavaliação	Outros/vari- fundo patrim.	Resultado liquido	Total							
Posição no início do período n	1	17,8	57.080,17	0,00	2.954.593,62	5.512.466,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.834.300,87	659.147,04	13.017.587,90	0,00	13.017.587,90
Alterações ao período:																
Primeira adopção de novo referencial contabilístico			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de ver. de activos fixos tangíveis e intangíveis			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de real. activos fixos tangíveis e intangíveis e resp. variações			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		17,8	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-51.342,09	-659.147,04	-710.489,13	0,00	-710.489,13
Resultado liquido do período	2	17,8	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-51.342,09	-659.147,04	-710.489,13	0,00	-710.489,13
Resultado Extensivo	3	17,8											629.593,06	629.593,06	0,00	629.593,06
	4	17,8											-29.553,98	-80.896,07	0,00	-80.896,07
Operações com Instituidores no período																
Fundos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações (Aplicação Resultados)	5	17,8	0,00	0,00	0,00	659.147,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	659.147,04	659.147,04	0,00	659.147,04
Posição no fim do período	6	17,8	57.080,17	0,00	2.954.593,62	6.171.613,24	0,00	0,00	0,00	0,00	3.782.958,78	629.593,06	13.595.838,87	0,00	13.595.838,87	

Prof. del
CP
Op
H
P
H

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE RICARDO GAMEIRO

Conta de Gerência

-

Anexo

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	14
5	Activos Fixos Tangíveis	14
6	Activos Intangíveis	16
7	Locações	17
8	Custos de Empréstimos Obtidos	17
9	Inventários	18
10	Rédito	18
11	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	19
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	19
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	44
14	Imposto sobre o Rendimento	44
15	Benefícios dos empregados	20
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	45
17	Outras Informações	46
17.1	Investimentos Financeiros	46
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	46
17.3	Créditos a Receber	47
17.4	Outros Activos Correntes	47
17.5	Diferimentos	48
17.6	Outros Activos Financeiros	48
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	48
17.8	Fundos Patrimoniais	48
17.9	Fornecedores	49
17.10	Estado e Outros Entes Públicos	49
17.11	Outros Passivos Correntes	49
17.12	Outros Passivos Financeiros	49
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	50
17.14	Fornecimentos e serviços externos	50
17.15	Outros rendimentos e ganhos	50
17.16	Outros gastos e perdas	50
17.17	Resultados Financeiros	51
17.18	Acontecimentos após data de Balanço	51

Per. f. del

CP

ay

W

X

1 | Identificação da Entidade

1.1 Designação da entidade

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE RICARDO GAMEIRO

Na sua forma jurídica assume-se como uma instituição de utilidade pública, conforme publicação no Diário do Governo, III Série nº 44, de 21 de Fevereiro de 1973, reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), conforme Decreto-Lei nº 119/83, 25 de Fevereiro.

1.2 Sede

RUA RAMIRO FERRÃO, 38 * RESIDÊNCIA Nª Srª ESPERANÇA – 2805-348 ALMADA

1.3 NIPC

500 867 712

1.4 Natureza da actividade

A Instituição foi constituída em 6 de Fevereiro de 1973 e apresenta como fins estatutários promoção humana e respeito pela sua dignidade desenvolvendo actualmente as seguintes respostas:

- CRECHE
- EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
- CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES
- ESPAÇO LÚDICO-PEDAGÓGICO
- LAR DE IDOSOS
- SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO
- CENTRO DE DIA
- CENTRO DE CONVÍVIO
- CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA CRIANÇAS EM RISCO
- RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA

2 | Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 | Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

P. f. L. L.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'X' and several initials.

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materiais se puderem, individualmente ou colectivamente influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. A dimensão ou a natureza do item, ou uma combinação de ambas, pode ser o factor determinante.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos fundos patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo. Se uma linha de item não for individualmente material, ela é agregada a outros itens, seja na face dessas demonstrações, seja nas notas do anexo. Um item que não seja suficientemente material para justificar a sua apresentação separada na face dessas demonstrações pode porém, ser suficientemente material para que seja apresentado separadamente nas notas do anexo.

3.1.5 Compensação

Os activos e passivos, e os rendimentos e gastos, não devem ser compensados. É importante que os activos e passivos e os rendimentos e gastos sejam separadamente relatados. A compensação quer na demonstração dos resultados quer no balanço, excepto quando a mesma reflecta a substância da transacção ou outros acontecimentos, prejudica a capacidade dos utentes em compreender as transacções, outros acontecimentos e condições que tenham ocorrido e de avaliar os futuros fluxos de caixa da entidade.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa deve ser incluída para a informação descritiva quando for relevante para compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

Por alteração de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

R. Hill
CP
ty
W
f
Z

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-----
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	-----
Equipamento administrativo	6
Outros Activos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhada na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração é também efectuada para os bens cujo valor de transacção careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

R.F.L.
EJ
aj
H.
2
X

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do activo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3 Outros Créditos e Activos não Correntes

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efectuada por Entidade especializada independente. São reconhecidos directamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos activos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do activo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Activos Intangíveis

Os "Activos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

Perfil
of
of
of
of
of
of

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	-----
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	-----
Outros Activos Intangíveis	-----

O valor residual de um “Activo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse Goodwill está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

P. 7-11
EP
dy
W
E
X

3.2.6 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou dos serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Perfil
af
ay
K
2
Z

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

P. F. L.
af
af
af
af

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa aplicável sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 | Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 | Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Activos Fixos Tangíveis

Descrição	2019					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	650.057,54					650.057,54
Edifícios e outras construções	8.905.486,64					8.905.486,64
Equipamento básico	1.454.111,52	21.573,55				1.475.685,07
Equipamento de transporte	383.627,13		20.980,90			362.646,23
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	1.022.824,57	5.460,56				1.028.285,13
Outros Activos fixos tangíveis	311.493,16					311.493,16
Imobilizações em curso	58.471,11	452.308,01				510.779,12
Obras de Arte	6.492,00					6.492,00
Propriedades de investimento	120.931,71		89.360,00			31.571,71
Total	12.913.495,38	479.342,12	110.340,90	0,00	0,00	13.282.496,60

Depreciações de Activos Fixos Tangíveis

Descrição	2019			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	2.338.321,51	192.015,94		2.530.337,45
Equipamento básico	1.250.032,12	54.381,81		1.304.413,93
Equipamento de transporte	357.089,65	13.312,50	20.980,90	349.421,25
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	970.619,55	15.098,27		985.717,82
Outros Activos fixos tangíveis	294.384,85	3.074,68		297.459,53
Propriedades de investimento	9.069,90	2.707,58	8.042,40	3.735,08

Rec. Fil
 [Handwritten signatures and initials]

Total	5.219.517,58	280.590,78	29.023,30	5.471.085,06
--------------	---------------------	-------------------	------------------	---------------------

Activos Fixos Tangíveis

2020						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	650.057,54	71.005,03				721.062
Edifícios e outras construções	8.905.486,64					8.905.486
Equipamento básico	1.475.685,07	7.120,21				1.482.805
Equipamento de transporte	362.646,23	50.737,57	45.670,69			367.713
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	1.028.285,13	20.827,96				1.049.113
Outros Activos fixos tangíveis	311.493,16	18.357,87				329.851
Imobilizações em curso	510.779,12	246.578,63				757.357
Obras de Arte	6.492,00					6.492
Propriedades de investimento	31.571,71		31.571,71			0
Total	13.282.496,60	414.627,27	77.242,40	0,00	0,00	13.619.881

Depreciações de Activos Fixos Tangíveis

2020				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	2.530.337,45	192.015,94		2.722.353,39
Equipamento básico	1.304.413,93	54.905,14		1.359.319,07
Equipamento de transporte	349.421,25	19.296,89	45.670,69	323.047,45
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	985.717,82	22.681,96		1.008.399,78
Outros Activos fixos tangíveis	297.459,53	6.916,96		304.376,49
Propriedades de investimento	3.735,08		3.735,08	0,00
Total	5.471.085,06	295.816,89	49.405,77	5.717.496,18

	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Depreciações Acumuladas	Activo Liquido
2019	13.282.496,60	5.471.085,06	7.811.411,54
2020	13.619.881,47	5.717.496,18	7.902.385,29

**Na rubrica Edifícios e outras construções encontram-se registados os imóveis abaixo discriminados e que se referem a Direitos de Superfície:

150312-União Freguesias Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas * Artº U-5535 e U-5586

150315-União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó * Artº U-2440

6 | Activos IntangíveisOutros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Activos Intangíveis

Descrição	2019					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolv.	0,00					0,00
Programas de Computador	9.740,24					9.740,24
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	9.740,24	0,00	0,00	0,00	0,00	9.740,24

Depreciações de Activos Intangíveis

Descrição	2019			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projectos de Desenvolv.	0,00			0,00
Programas de Computador	9.740,24			9.740,24
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Activos intangíveis	0,00			0,00
Total	9.740,24	0,00	0,00	9.740,24

Activos Intangíveis

Descrição	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolv.	0,00					0,00
Programas de Computador	9.740,24					9.740,24

R. F. K
 A. C. S.
 R
 X

Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	9.740,24	0,00	0,00	0,00	0,00	9.740,24

Depreciações de Activos Intangíveis

Descrição	2020			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	9.740,24			9.740,24
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Activos intangíveis	0,00			0,00
Total	9.740,24	0,00	0,00	9.740,24

	Ativos Intangíveis	Depreciações Acumuladas	Ativo Líquido
2019	9.740,24	9.740,24	0,00
2020	9.740,24	9.740,24	0,00

7 | Locações

A Entidade detinha os seguintes activos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2020			2019		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo						
Outros Activos fixos tangíveis						
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

8 | Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2020			2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários						
Locações Financeiras						

Descobertos Bancários						
Contas caucionadas						
Contas Bancárias de Factoring						
Contas bancárias de letras descontadas						
Outros Empréstimos						
Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0,00	0.00

Estrutura dos Financiamentos Obtidos – Capital em Dívida Corrente e Não Corrente

Descrição	2020			2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários						
Locações Financeiras						
Descobertos Bancários						
Contas caucionadas						
Contas Bancárias de Factoring						
Contas bancárias de letras descontadas						
Outros Empréstimos						
Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

9| Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2019				2020		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, sub. de consumo	76.459,49	525.846,22		74.548,18	440.397,41		92.236,31
Produtos acabados e intermédios	882,13		0,00	818,68	157,98		976,66
Subprodutos, desperd., resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	77.341,62	525.846,22	0,00	75.366,86	440.555,39	0,00	93.212,97
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		527.820,98		0,00	422.709,28		0,00
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00
Total		527.820,98		0,00	422.709,28		0,00

10| Rédito

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2019
-----------	------	------

Vendas		
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	2.754.068,16	3.058.867,00
Quotas e joias	0,00	0,00
Serviços Secundários	39.985,16	126.250,76
Outras Prestações de Serviços	39.405,81	47.942,21
Juros		
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	2.833.459,13	3.233.059,97

11 | Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2020 e 2019, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2019	Aumentos	Diminuições	2020
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	26.652,86	0,00	0,00	26.652,86
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do sector	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	26.652,86	0,00	0,00	26.652,86

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Relativamente aos saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo", os mesmos estão discriminados ao pormenor na nota 17.13.

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31/12/2020 e 31/12/2019, as alterações das taxas de câmbio tiveram o seguinte efeito:

Descrição	2020				2019			
	Valor (moeda estrangeira)	Valor inicial (€)	Câmbio	Valor	Valor (moeda estrangeira)	Valor inicial (€)	Câmbio	Valor
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2020	2019
-----------	------	------

IRC Liquidado		
Tributação Autónoma		
Total	0,00	0,00

15 Benefícios dos empregados e Órgãos Directivos

Os membros dos órgãos directivos, para os períodos de 2019 e 2020, foram, respectivamente:

Exercício de 2019	
Cargo	Nome
PRESIDENTE DA DIRECÇÃO	PADRE JOSÉ GIL DE BORJA PINHEIRO RIBEIRO
VICE - PRESIDENTE	ANA LUÍSA ATAÍDE PAÇÃO CAIXAS
TESOUREIRO	MANUEL JORGE BENTO
SECRETÁRIA	Dra. MARIA DO CARMO COSTA FERREIRA DE ALMEIDA
VOGAL	Eng.º. ABÍLIO FERREIRA

Os órgãos directivos não usufruem de quaisquer remunerações.

Exercício de 2020	
Cargo	Nome
PRESIDENTE DA DIRECÇÃO	PADRE JOSÉ GIL DE BORJA PINHEIRO RIBEIRO
VICE - PRESIDENTE	ANA LUÍSA ATAÍDE PAÇÃO CAIXAS
TESOUREIRO	MANUEL JORGE BENTO
SECRETÁRIA	Dra. MARIA DO CARMO COSTA FERREIRA DE ALMEIDA
VOGAL	Eng.º. ABÍLIO FERREIRA

Os órgãos directivos não usufruem de quaisquer remunerações.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	3.005.585,83	3.092.554,75
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações	6.494,09	8.811,86
Encargos sobre as Remunerações	639.096,11	689.155,46
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	31.400,58	31.288,62
Gastos de Acção Social	8.798,18	
Outros Gastos com o Pessoal	423.214,42	391.286,14
Total	4.114.589,21	4.213.096,83
N.º médio de pessoas ao serviço da Entidade	274	282

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2020	2019
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	23.531,16	18.856,75
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	23.531,16	18.856,75

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Activo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Relativamente a Beneficiários das mutualidades, estes para os períodos de 2020 e 2019, são discriminados da seguinte forma:

Outras operações	2020		2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Beneficiários das mutualidades - prestações a pagar				
Beneficiários das mutual. - capitais vencidos a pagar				
Beneficiários das mutual. - rendas vitalícias a pagar				
Beneficiários das mutual. - melhorias de benefícios				
Beneficiários das mutualidades - subvenções				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

17.3 Créditos a Receber

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica "Créditos a Receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Cientes e Utentes c/c		
Cientes	28.317,10	23.537,53
Utentes	0,00	0,00
Cientes e Utentes títulos a receber		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Cientes e Utentes factoring		
Cientes		
Utentes		
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Cientes		
Utentes		
Total	28.317,10	23.537,53

A Instituição dispõe de uma aplicação de Gestão de Clientes que disponibiliza uma conta corrente por cliente evidenciando todos os movimentos.

Nos períodos de 2020 e 2019 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2020	2019
Cientes		
Utentes	0,00	00,00
Total	00,00	00,00

17.4 Outros Activos Correntes

A rubrica "Outros Activos Correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	35,32	0,00
Adiantamentos a Fornecedores	0,00	270,37
Devedores por acréscimos de rendimentos	6.558,40	10.177,64
Outras operações	291.483,03	306.897,19
Outros Devedores	0,00	0,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	298.076,75	317.345,20

P. F. L. L.
af**17.5 Diferimentos**

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a Reconhecer		
Seguros e outras despesas	27.705,96	24.186,78
Total	27.705,96	24.186,78
Rendimentos a Reconhecer		
Mensalidades e outras	176.395,95	179.502,65
Total	176.395,95	179.502,65

af
af
af**17.6 Outros Ativos Correntes**

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2020	2019
	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2019 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2020	2019
Caixa	2.547,38	981,82
Depósitos à ordem	348.438,92	419.224,17
Depósitos a prazo	6.083.769,56	5.526.123,34
Outros		
Total	6.434.755,86	5.946.329,33

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	57.080,17	0,00	0,00	57.080,17
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	2.954.593,62	0,00	0,00	2.954.593,62
Resultados transitados	5.512.466,20	659.147,04	0,00	6.171.613,24
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	3.834.300,87	80.942,07	132.284,16	3.782.958,78
Fundos Patrimoniais	12.358.440,86	740.089,11	132.284,16	12.966.245,81
Resultado Líquido	659.147,04			629.593,06
Total do Fundo de Capital	13.017.587,90			13.595.838,87

Na rubrica de “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais” encontra-se registado o valor de 319.885,50 € referente à angariação de fundos para a construção da “Residência N^a Sr^a Piedade” e o valor de 3.000,00

€ referente à Quinta D. Manuel Martins que se encontram referenciados na rubrica “Imobilizações em Curso” nos Activos Fixos Tangíveis.

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	102.677,82	76.966,56
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	102.677,82	76.966,56

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	622,84
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	0,00	622,84
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4.209,46	1.448,32
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	17.666,43	17.175,04
Segurança Social	76.479,56	76.081,80
Outros Impostos e Taxas	1.017,32	649,54
Total	99.372,77	95.354,70

17.11 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020		2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		194,74
Cauções		0,00		0,00
Outras operações		1.011,26		876,56
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		2.100,06		121,77
Credores por acréscimo de gastos		605.380,41		598.354,02
Outros credores		198.555,09		222.045,07
Total	0,00	807.046,82	0,00	821.592,16

17.12 Outros Passivos Financeiros

Os "Outros passivos financeiros" em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 são os seguintes:

Descrição	2020	2019
	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2019, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2019
Subsídios do Estado e outros entes públicos	2.714.348,48	2.591.426,10
Subsídios de outras entidades	21.507,49	1.018,51
Doações e heranças	27.818,97	12.861,22
Legados	0,00	0,00
Total	2.763.674,94	2.605.305,83

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Subcontratos	0.00	0.00
Serviços especializados	267.313,18	293.091,17
Materiais	57.072,24	46.242,83
Energia e fluidos	191.452,90	240.012,37
Deslocações, estadas e transportes	1.364,32	24.964,05
Serviços diversos	400.166,62	382.336,45
Total	917.369,26	986.646,87

17.15 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos Suplementares	100.847,71	91.298,44
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.544,67	1.789,94
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	102.029,33	209.542,40
Outros rendimentos e ganhos	216.236,92	189.741,45
Total	420.658,63	492.372,23

17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	4.059,44	2.625,17
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em sub., assoc. e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	59.851,98	36.575,27
Total	63.911,42	39.200,44

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	342,59	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	342,59	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	29.699,97	35.454,32
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	29.699,97	35.454,32
Resultados Financeiros	29.357,38	35.454,32

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Realça-se como fator determinante, com impacto materialmente relevante na economia mundial, e em particular nas futuras demonstrações económicas e financeira da Instituição, o atual estado de emergência em virtude da pandemia COVID-19, desconhecendo-se face à incerteza o futuro após este período, assim como o seu verdadeiro impacto económico e social.

Não são conhecidos à data mais eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas

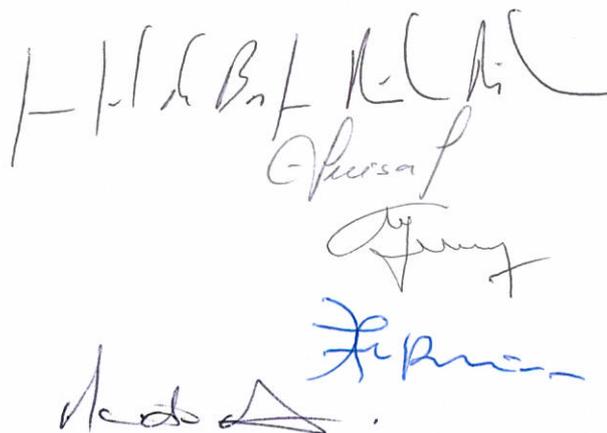
Cova da Piedade, 6 de Abril de 2021

O Técnico Oficial de Contas



Dario Serafim Barata da Silva

(TOC 58039)



RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1 1749-112 Lisboa (Sede)

T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132-3 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro, IPSS** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2020 (que evidencia um total de 14.807.985 euros e um total de fundos patrimoniais de 13.595.839 euros, incluindo um resultado líquido de 629.593 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING



- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

A handwritten signature in black ink is located in the bottom right corner of the page.

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 6 de abril de 2021

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'JPS' or similar, written over a faint circular stamp.

RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA

representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC n° 320)

